

## **AVANÇO OU RETROCESSO? O IMPACTO DAS IDEIAS DE EMÍLIA FERREIRO NA ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL**

Expedita Gonçalves Torres <sup>1</sup>

### **RESUMO**

A alfabetização é um dos pilares fundamentais da educação, sendo essencial para o desenvolvimento acadêmico e social dos indivíduos. No Brasil, a implementação da teoria da "Psicogênese da Língua Escrita", proposta por Emília Ferreiro e Ana Teberosky, gerou intensos debates sobre suas consequências para o ensino da leitura e escrita. Enquanto alguns consideram suas ideias uma revolução na compreensão do processo de aprendizagem infantil, outros apontam falhas que comprometeram a eficácia da alfabetização no país. Este artigo analisa criticamente o impacto dessas contribuições, questionando se representaram um avanço ou um retrocesso para a alfabetização. A pesquisa, de natureza qualitativa e bibliográfica, por meio de uma pesquisa qualitativa e bibliográfica, que revisou obras fundamentais da autora e de teóricos nacionais e internacionais sobre cognição e leitura. Identificou-se que a psicogênese da língua escrita trouxe inegáveis contribuições teóricas ao reconhecer a criança como sujeito ativo e elaborar níveis de evolução da escrita, representando um avanço epistemológico. Contudo, sua implementação prática no Brasil, muitas vezes dogmatizada, resultou em uma “desmetodização” que desvalorizou o ensino explícito e sistemático do princípio alfabético, configurando um retrocesso pedagógico. Conclui-se que o legado de Ferreiro é, simultaneamente, avanço epistemológico e retrocesso instrucional, e que o caminho mais eficaz para a alfabetização está na integração equilibrada entre a valorização das hipóteses infantis e o ensino intencional e sistemático do código escrito.

Palavras-chave: Alfabetização, Emília Ferreiro, Desmetodização, Ensino Sistemático.

### **INTRODUÇÃO**

A alfabetização no Brasil tem sido palco de intensos debates pedagógicos, especialmente após a disseminação das ideias da psicolinguista argentina Emília Ferreiro, cujos estudos sobre a Psicogênese da Língua Escrita trouxeram novas perspectivas para a compreensão do processo de aquisição da escrita pelas crianças. Sua teoria, baseada em pressupostos construtivistas e fundamentada nos estudos de Jean Piaget, deslocou o foco do professor para o aprendiz, para uma abordagem que valoriza as hipóteses construídas pelos

---

<sup>1</sup> Graduada em Ciências com habilitação em Química pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança (FAFIBE), expeditatorres@gmail.com.



estudantes e os processos cognitivos envolvidos na aprendizagem.

No entanto, a adoção dessa perspectiva no Brasil, muitas vezes de forma acrítica e radical, gerou consequências controversas. Como aponta Magda Soares (2016), houve uma "desmetodização" do ensino da alfabetização, com a marginalização de métodos sistemáticos de instrução fônica, o que, para alguns pesquisadores, contribuiu para a estagnação dos índices de leitura e escrita no país. Artur Gomes de Moraes (2012) destaca que, embora a teoria psicogenética tenha ampliado a compreensão sobre o desenvolvimento da escrita, sua aplicação prática negligenciou a necessidade de ensino explícito do princípio alfabético, essencial para a autonomia leitora.

Diante desse cenário, este artigo busca analisar criticamente o impacto das ideias de Emília Ferreiro na alfabetização brasileira, questionando se elas representaram um avanço ou um retrocesso para o ensino da leitura e escrita. Para isso, no primeiro momento apresentaremos um breve histórico da alfabetização no Brasil; em seguida discutiremos as bases da Psicogênese da Língua Escrita e o legado de Emília Ferreiro; posteriormente analisaremos a alfabetização no Brasil entre o construtivismo e o ensino sistemático; e, por fim, refletiremos sobre a relação entre teoria e resultados. A pesquisa é relevante por fomentar reflexões sobre os equívocos e acertos na alfabetização, visando a uma prática pedagógica mais equilibrada e eficaz.

## **METODOLOGIA**

Este artigo consiste em uma pesquisa de natureza qualitativa e bibliográfica, pautada na análise crítica produções acadêmicas, que discutem o impacto das teorias de Emília Ferreiro na alfabetização brasileira. A abordagem metodológica fundamenta-se na revisão sistemática de fontes primárias e secundárias, incluindo obras teóricas, vídeos da autora ou sobre ela, artigos científicos, dissertações, teses e documentos oficiais sobre alfabetização publicados entre as décadas de 1980 e 2024. O recorte temporal justifica-se por abranger desde a introdução das ideias de Ferreiro no Brasil até os debates contemporâneos sobre seus desdobramentos.

Para garantir a abrangência e o rigor teórico, foram selecionados trabalhos que representam tanto os defensores quanto os críticos da abordagem psicogenética. Entre as obras fundamentais, destacam-se os estudos pioneiros de Ferreiro e Teberosky, especialmente



Psicogênese da Língua Escrita, que estabelece as bases da teoria construtivista sobre a aquisição da escrita. Complementarmente, analisaram-se produções de autores brasileiros como Magda Soares, Maria do Rosário Mortatti e Artur Gomes de Moraes, que problematizam a aplicação dessas ideias no contexto nacional, além de pesquisas internacionais sobre cognição e leitura, como os trabalhos de Uta Frith e Linnea Ehri, que oferecem perspectivas distintas sobre os processos de alfabetização.

A análise dos materiais seguiu uma perspectiva interpretativo-crítica e o cruzamento das fontes permitiu identificar tanto as contribuições quanto os limites da teoria ferreiriana, especialmente no que diz respeito ao ensino sistemático do princípio alfabético.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

### **Um Breve Histórico da Alfabetização no Brasil**

A trajetória do ensino da leitura e escrita no Brasil é marcada por intensos debates e mudanças de paradigma. Para compreendê-la, adota-se aqui a elucidativa periodização proposta por Mortatti (2000), que identifica quatro momentos fundamentais, cada qual caracterizado por uma disputa central em torno de como melhor alfabetizar.

O primeiro momento, denominado "A metodização do ensino da leitura", estende-se até o final do século XIX. Nele, predominavam os métodos sintéticos – alfabético (ou soletração), fônico e silábico –, que partiam do ensino das partes (letras, sons, sílabas) para, então, chegar ao todo (palavras e frases). A grande disputa deste período deu-se entre esses métodos tradicionais e o método analítico (ou "método da palavração") do português João de Deus, que propunha o caminho inverso: iniciar pela palavra para depois analisar seus componentes sonoros. Este foi o marco inicial da ideia de que o ensino da leitura era, sobretudo, uma questão de método didático subordinado a princípios linguísticos.

O segundo momento, iniciado com a Reforma da Instrução Pública de São Paulo em 1890, é caracterizado como a "institucionalização do método analítico". Com forte influência da pedagogia norte-americana, esse método, que partia de unidades de sentido como "historietas", tornou-se obrigatório. O eixo do debate deslocou-se, então, para uma nova concepção psicológica da criança, entendida como um ser que apreende o mundo de forma sincrética (do todo para as partes). A questão didática ficou, assim, subordinada à psicológica.



O terceiro momento, a partir da década de 1920, introduziu a era da "alfabetização sob medida". A publicação dos Testes ABC (1934), de Lourenço Filho, representou uma virada ao argumentar que o sucesso da alfabetização dependia menos do método e mais da "maturidade" ou prontidão da criança para aprender. O foco deixou de ser como ensinar e passou a ser quem está aprendendo e se estaria pronto para isso. Este período é marcado pelo ecletismo, com a ascensão dos métodos mistos (analítico-sintéticos) que tentavam harmonizar as abordagens anteriores.

Por fim, o quarto momento, que se inicia na década de 1980, é definido por Mortatti como o da "desmetodização". Fruto de novas urgências políticas e sociais que buscavam combater o fracasso escolar, este período viu a hegemonia do discurso construtivista. Ele questionou radicalmente a obsessão pelos métodos e a própria noção de prontidão, propondo uma mudança de foco: do ensino para a aprendizagem.

A partir da década de 1980, o pensamento construtivista ganhou força no Brasil, alterando profundamente as práticas pedagógicas:

“[...] introduziu-se no Brasil o pensamento construtivista sobre alfabetização, resultante das pesquisas sobre a psicogênese da língua escrita desenvolvidas pela pesquisadora argentina Emilia Ferreiro e colaboradores. Deslocando o eixo das discussões dos métodos de ensino para o processo de aprendizagem da criança (sujeito cognoscente), o construtivismo se apresenta, não como um método novo, mas como uma ‘revolução conceitual’, demandando, dentre outros aspectos, abandonarem-se as teorias e práticas tradicionais, desmetodizar-se o processo de alfabetização e se questionar a necessidade das cartilhas” (MORTATTI, 2006, p. 10).

Assim compreendemos que a teoria da psicogênese da língua escrita, proposta por Emília Ferreiro e Ana Teberosky nos anos 1980, foi decisiva para mudar a forma como a alfabetização era compreendida no Brasil.

## **As Bases da Psicogênese da Língua Escrita e o Legado de Emília Ferreiro**

### *Trajectoria Intelectual de Ferreiro*

Emília Beatriz María Ferreiro Schavi (1936–2023), psicóloga e pesquisadora argentina nascida em Buenos Aires, formou-se pela Universidade de Buenos Aires e dedicou sua vida à investigação dos processos de aprendizagem da língua escrita. Com orientação do renomado



biólogo, psicólogo e epistemólogo Jean Piaget na Universidade de Genebra, onde se especializou em Psicologia Genética, Ferreiro aplicou os princípios do construtivismo piagetiano à alfabetização, revolucionando o entendimento sobre como as crianças aprendem a ler e escrever (FERRARI, 2023).

Sua carreira acadêmica incluiu pesquisas em diversos países, como Argentina, Estados Unidos, Suíça e México, consolidando-a como uma das vozes mais influentes da educação na América Latina (DMASCHIO, 2023).

### *A Psicogênese da Língua Escrita*

A obra *Psicogênese da Língua Escrita*, publicada por Emília Ferreiro em parceria com Ana Teberosky em 1979, revolucionou o entendimento sobre como as crianças aprendem a escrever ao demonstrar que essa aprendizagem não se trata de simples memorização, mas de um complexo processo de construção cognitiva. Fundamentando-se no construtivismo piagetiano, as autoras mostraram que as crianças desenvolvem hipóteses próprias sobre o sistema de escrita muito antes de dominarem suas convenções formais, seguindo uma sequência evolutiva que se manifesta independentemente de instrução pedagógica direta.

“Suas pesquisas levam à conclusão de que meninos e meninas têm papel ativo no aprendizado e constroem seu próprio conhecimento” (DMASCHIO, 2023). Ferreiro rejeitava a visão behaviorista que reduz a alfabetização à mera repetição de estímulos, defendendo que as crianças constantemente reinterpretam as informações sobre a escrita, testando e reformulando suas hipóteses à medida que avançam em sua compreensão. Esse processo é impulsionado pelo conflito cognitivo, quando a criança percebe incongruências em suas teorias iniciais, como ao notar que palavras com sons semelhantes podem ter grafias diferentes, e se vê obrigada a reestruturar seu entendimento para resolver essas contradições.

A pesquisa de Emília Ferreiro sobre o desenvolvimento da escrita evidencia uma progressão que pode ser observada em diferentes níveis. Antes mesmo dos estágios propriamente descritos, muitas crianças passam pela fase das garatujas, em que produzem traços e rabiscos sem relação direta com a escrita, mas que já demonstram uma intenção comunicativa, funcionando como um prelúdio do processo de alfabetização (M. SOARES, 2016).

O primeiro nível identificado por Ferreiro é o pré-silábico, no qual a criança ainda não



estabelece a diferença clara entre escrita e desenho. Ela cria sinais ou sequências de letras que não correspondem aos sons da fala, mas já reconhece que a escrita serve para representar algo.

No nível silábico, ocorre um avanço importante: a criança passa a associar cada letra a uma sílaba da fala. Assim, pode escrever “BTO” para representar “bicicleta”. Nesse processo, muitas vezes surgem misturas entre a hipótese silábica e a compreensão alfabética, como ao escrever “CAO” para “carro”.

Por fim, no nível alfabético, a criança compreende plenamente que cada letra corresponde a um fonema. Embora ainda cometa erros ortográficos, como escrever “KASA” para “casa”, já domina o princípio alfabético e, gradualmente, evolui para a escrita convencional.

### *Diálogos e Controvérsias: A Psicogênese em Perspectiva Cognitiva*

Apesar de sua contribuição inovadora, a teoria de Ferreiro enfrentou questionamentos à luz de pesquisas cognitivas. Uta Frith e Linnea Ehri, investigadoras proeminentes nas áreas de leitura e escrita, também com teorias que descrevem as fases do desenvolvimento da alfabetização, defendem que a aprendizagem da leitura não é um processo natural e, portanto, deve ser ensinada de forma explícita e sistemática. Ehri apud Magda Soares (2016, p. 84) argumenta:

“É evidente que os estudantes necessitam de instrução explícita tanto sobre a escrita quanto sobre a leitura. De acordo com minha teoria, a chave para um ensino eficiente é a interação, isto é, uma íntima articulação entre fontes de conhecimento e processos de leitura e de escrita, de modo que sua aquisição seja mutuamente facilitadora e recíproca”.

A teoria de Ehri, em particular, enfatiza a importância do conhecimento fônico e das relações entre letras e sons para o desenvolvimento da leitura e escrita, sendo uma base fundamental para abordagens de alfabetização que utilizam esses princípios (M. SOARES, 2016).

Nessa mesma direção, Stanislas Dehaene (2012) reforça a necessidade de instrução sistemática ao destacar que:

“Não se pode supor que o aluno terminará por adquiri-las em consequência de ver muitas palavras. É preciso explicar claramente ao aluno que ‘som’ tem suas ‘roupas’, as letras ou grupos de letras que podem vesti-lo e que, inversamente, cada



letra se pronuncia de uma ou de várias maneiras possíveis. Bem entendido, os grafemas serão introduzidos numa ordem lógica” (DEHAENE, 2012, p. 246).

Além disso, Dehaene (2012, p. 238) critica a falta de clareza nas políticas educacionais, ao observar que:

“Há anos, as instruções oficiais sopram assim o quente e o frio. Elas autorizam cada professor a escolher seu método favorito, o que resulta em negar que existam métodos melhores que outros”.

Essas perspectivas convergem ao apontar que a ausência de diretrizes claras e a crença em um processo natural de aprendizagem da leitura podem comprometer a eficácia do ensino, tornando ainda mais urgente a defesa por práticas pedagógicas que aliem sistematização, explicitação e coerência metodológica.

### **Alfabetização no Brasil: Entre o Construtivismo e o Ensino Sistemático**

No Brasil, as ideias de Ferreiro foram amplamente difundidas a partir dos anos 1980, influenciando até políticas públicas como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a proposta construtivista nas escolas. O impacto de suas ideias no cenário educacional brasileiro gerou um dos debates mais polarizados na história da pedagogia nacional.

A essência da proposta construtivista, fundamentada na psicogênese da língua escrita, representou uma verdadeira guinada epistemológica. Como destaca Magda Soares (2024):

“Essa mudança de paradigma, considerada uma ‘revolução conceitual’ na alfabetização, altera o movimento pendular: o pêndulo passa a deslocar-se não mais entre métodos sintéticos, de um lado, e métodos analíticos, de outro, mas entre ambos, qualificados de tradicionais, de um lado, e a ‘desmetodização’ proposta pelo construtivismo” (p.22).

Essa "desmetodização", termo cunhado para designar a desvalorização do método como elemento essencial no processo, transferiu o foco da alfabetização do como se ensina para como se aprende.

Morais (2012) observa que, com a chegada da psicogênese da escrita, muitos educadores passaram a defender que não seria necessário ensinar sistematicamente a escrita alfabética, pois os alunos a aprenderiam espontaneamente ao vivenciar práticas sociais de leitura e escrita. Para o autor, isso resultou em uma aposta em uma “alfabetização sem



metodologia” (MORAIS, 2012, p. 24), reduzindo a intencionalidade e a sistematicidade do ensino.

Mortatti (2010) reforça que essa perspectiva gerou um impasse: de um lado, o questionamento da centralidade do ensino da leitura e da escrita e, de outro, a ênfase excessiva no processo de como a criança aprende a ler e escrever. Nesse contexto, “o processo de ensinar a ler e escrever como técnica ficou desprestigiado” (SOARES, 2003, p. 17), e as alfabetizadoras que buscavam garantir a decodificação passaram a ser vistas como retrógradas, ainda que exercessem um papel fundamental no ensino da base do sistema alfabético.

A crítica a esse cenário aparece também em análises recentes. Borin (2020, p. 171) aponta que a psicogênese da escrita, ao privilegiar os processos mentais do sujeito ativo, acabou relegando a atividade sistemática de ensino a um plano secundário. Brites (2023, p. 56) complementa: se por um lado a visão construtivista contribuiu para reconhecer a criança como sujeito ativo, por outro lado, as metodologias de ensino ficaram em segundo plano, o que impactou diretamente a qualidade da alfabetização no país.

Pesquisas da ciência cognitiva reforçam que a leitura e a escrita não emergem de forma natural, mas exigem instrução explícita e sistemática, já que o cérebro humano não foi biologicamente programado para aprender a ler e escrever (BRASIL apud BASSO, 2020, p. 58). Por isso, “antes de se tornar um bom leitor, a criança deve ser, portanto, um bom decodificador” (BRITES, 2023, p. 87). Nessa perspectiva, a consciência fonológica passa a ocupar papel central na aprendizagem, como defende Moraes (2012, p. 15), ao afirmar que é preciso ajudar as crianças a cedo descobrirem as propriedades do sistema alfabético.

Esse debate evidencia uma das maiores tensões da alfabetização no Brasil: entre a valorização das hipóteses da criança e a necessidade de um ensino estruturado que garanta a compreensão do princípio alfabético. Como resume Mortatti (2012, 3:41), a disputa entre o novo e o tradicional impõe constantemente que o antigo seja visto como ultrapassado, de modo que o discurso construtivista pudesse se sobrepor e alcançar hegemonia.

### **Entre a teoria e os resultados**

A implementação da perspectiva teórica construtivista, frequentemente marcada por más interpretações e pela chamada "desmetodização", nem sempre se traduziu em resultados



satisfatórios na prática educacional. A tensão entre a fundamentação teórica e a eficácia do processo é visível quando se analisam os dados de avaliações nacionais realizadas nas décadas seguintes.

Desde os anos 1990, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) já apontava defasagens na alfabetização ao final dos anos iniciais, levando à criação de políticas específicas como a Provinha Brasil e, posteriormente, a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) (BRASIL, 2023). Os resultados da ANA, contudo, revelaram um cenário preocupante. Conforme os dados do relatório: “Os resultados de 2014, indicaram, no que tange à leitura, que apenas 10% estudantes avaliados se encontravam em nível 4 [...] Em 2016, [...] o índice apresentado em relação ao mesmo nível foi de 13%” (BRASIL, Inep, 2015, 2018 apud ANJOS; RIBEIRO, 2024, p. 12). Esses números demonstram uma melhoria marginal, porém ainda extremamente insuficiente, indicando que a grande maioria das crianças não atingia os níveis considerados adequados.

Com a reorientação trazida pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que estabeleceu o foco da alfabetização no 2º ano do Ensino Fundamental, o Saeb assumiu essa avaliação a partir de 2019. Os dados concretizaram a crítica anterior: em 2019, 38,5% das crianças estavam nos quatro primeiros níveis (mais baixos) de proficiência em leitura. O cenário agravou-se significativamente com a pandemia de covid-19. Em 2021, esse percentual subiu para 46,7%, concentrando-se 14,3% dos estudantes no nível mais baixo (“abaixo de 1”), o que evidencia a fragilidade do sistema e a vulnerabilidade dos processos de aprendizagem diante de crises que interrompem a mediação pedagógica presencial (BRASIL, 2023).

Em contrapartida, os dados mais recentes apontam para uma recuperação importante e sugerem que a mudança de enfoque para o ensino sistemático pode estar surtindo efeito. O Indicador Criança Alfabetizada (ICA) de 2024, divulgado pelo Ministério da Educação, trouxe boas notícias: o Brasil registrou 59,2% de crianças alfabetizadas até o final do 2º ano, um crescimento de 3,2 pontos percentuais em relação a 2023 (FUNDAÇÃO LEHMANN, 2025).

Esse crescimento consistente, partindo da baixa histórica pós-pandemia, coincide com um período de reavaliação das políticas e de implementação de ações mais estruturadas. Os dados do Saeb e a recuperação recente concretizam a crítica de que a desvalorização do ensino sistemático do código alfabético, uma das consequências da má interpretação do



construtivismo, criou uma lacuna na garantia dessa habilidade fundamental. Frente a esse cenário, identificou-se, "um nítido movimento de enfoque da alfabetização na questão do método" (ANJOS; RIBEIRO, 2024, p. 12), movimento que culminou na Política Nacional de Alfabetização (PNA) de 2019. Esta política representou uma ruptura epistemológica ao defender o método fônico e o ensino explícito e sistemático.

Portanto, os dados evidenciam um abismo significativo entre a intenção teórica do construtivismo, de empoderar a criança em seu processo de aprendizagem, e os resultados efetivos em larga escala, agravado por um evento global. A transição entre paradigmas foi, em grande medida, impulsionada pela persistência de baixos índices de proficiência, historicamente monitorados pelo Saeb. A recente e consistente recuperação dos índices, no entanto, sugere que o equilíbrio entre a compreensão do processo de aprendizagem da criança (o legado de Ferreiro) e a prática intencional e sistemática de ensino do código (o ensino metódico) é o caminho mais eficaz para assegurar a aquisição das habilidades fundamentais por todas as crianças.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A análise revela um impacto complexo das ideias de Emília Ferreiro, que transcende a simples dicotomia "avanço ou retrocesso". Identifica-se uma trajetória tríplice: contribuição teórica fundamental, distorção prática significativa e recente correção de rota.

Inquestionavelmente, sua obra representou um avanço epistemológico ao romper com o paradigma behaviorista e demonstrar a criança como sujeito ativo na construção de hipóteses sobre a escrita, legado que enriqueceu irrevogavelmente a formação docente.

Contudo, sua implementação prática configurou um retrocesso pedagógico. A "desmetodização" transformou a teoria da aprendizagem num dogmático "não-ensinar". A má interpretação dos postulados construtivistas, crença na descoberta espontânea do código, gerou uma lacuna de instrução explícita. A discussão centra-se na distinção fundamental entre teoria da aprendizagem (processo psicogenético) e teoria de ensino (ação pedagógica intencional), sendo o equívoco brasileiro a presunção de que a primeira substituiria a segunda.

Os dados das avaliações nacionais (ANA, Saeb) materializam esse descompasso. Os índices historicamente baixos não refletem uma falha da teoria, mas sim da sua aplicação distorcida, que ao desprezar o ensino metódico, perpetuou desigualdades.



Os resultados recentes (ICA, 2024), porém, sugerem uma síntese: a recuperação coincide com o abandono do radicalismo e a reaproximação com a instrução sistemática. Isto representa a emergência de um novo paradigma que integra o respeito aos processos do aprendiz (o legado de Ferreiro) com a evidência científica sobre a necessidade do ensino explícito.

Portanto, o problema foi a dogmatização da teoria. O verdadeiro avanço reside na superação do antagonismo pela adoção de uma perspectiva equilibrada, onde a compreensão das hipóteses da criança orienta um ensino intencional e sistemático do código.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu analisar criticamente o impacto das ideias de Emília Ferreiro na alfabetização brasileira, revelando um legado complexo que desafia classificações binárias entre "avanço" ou "retrocesso". Conclui-se que a pergunta, em sua formulação binária, não comporta uma resposta simples. A obra de Ferreiro foi, simultaneamente, ambos: um avanço teórico-cognitivo e um retrocesso na prática instrucional, conforme implementada de forma reducionista e radical no Brasil.

O grande legado de Ferreiro, o entendimento da criança como um ser pensante que elabora hipóteses complexas sobre a escrita, é uma conquista intelectual definitiva que humanizou o processo de alfabetização. No entanto, a transformação desse legado em uma doutrina pedagógica que negou a necessidade do ensino explícito resultou em décadas de resultados aquém do desejável, como atestam os históricos índices de avaliação nacional.

Por fim, responde-se à questão-título: o impacto das ideias de Ferreiro não foi nem um mero avanço, nem um puro retrocesso. É fundamental, portanto, resgatar o que há de valioso na teoria psicogenética, os níveis de escrita e o reconhecimento do pensamento infantil, integrando-a a práticas que considerem o ensino explícito e sistemático da base alfabética e das habilidades linguísticas.

Somente com equilíbrio entre teoria e prática, pesquisa e experiência docente, será possível superar os retrocessos e garantir avanços reais na alfabetização.



## REFERÊNCIAS

ANJOS, Ana Maura Tavares dos; RIBEIRO, Pollyanne Bicalho. Um breve histórico da alfabetização no Brasil: alguns apontamentos sobre políticas e métodos. **Olhares & Trilhas**, Uberlândia, v.26, n.2, p. 1-17, jul./dez. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (**Inep**). Relatório da Pesquisa Alfabetiza Brasil: Diretrizes para uma Política Nacional de Avaliação da Alfabetização das Crianças. Brasília, DF: **Inep**, 2023.

DEHAENE, Stanislas. **Os neurônios da leitura: como a ciência explica a nossa capacidade de ler**. Porto Alegre: Penso, 2012.

DMASCHIO, Ana Luísa. Falar de alfabetização é falar de Emília Ferreiro. **Porvir**, 27 ago. 2023. Disponível em: <https://porvir.org/alfabetizacao-e-falar-de-emilia-ferreiro/>. Acesso em: 23 ago. 2025.

FERRARI, Márcio. Emília Ferreiro, a estudiosa que revolucionou a alfabetização. **Nova Escola**, 28 ago. 2023. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/338/emilia-ferreiro-estudiosa-que-revolucionou-alfabetizacao>. Acesso em: 22 ago. 2025.

FUNDAÇÃO LEMMANN. Brasil registra avanços na alfabetização com colaboração entre estados e municípios. **Fundação Lemann**, 2025. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/noticias/brasil-registra-avancos-na-alfabetizacao-com-colaboracao-entre-estados-e-municipios/>. Acesso em: 27 ago. 2025.

MORAIS, Artur Gomes de. **Sistema de escrita alfabética**. 1. ed. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2012. 4ª Reimpressão, São Paulo, 2014.

MORTATTI, M. R. L. **Os sentidos da alfabetização**: São Paulo – 1876/1994. São Paulo: Ed. UNESP: Brasília: MEC/INEP/COMPED, 2000.

\_\_\_\_\_. História dos métodos de alfabetização no Brasil. **Seminário Alfabetização e Letramento em Debate**. Brasília: Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, 2006.

SOARES, Jussara; BEHNKE, Emilly. Brasil melhora, mas não bate meta de alfabetização de crianças. **CNN Brasil**, Brasília, 11 jul. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/educacao/brasil-melhora-mas-nao-bate-meta-de-alfabetizacao-de-criancas/>. Acesso em: 27 ago. 2025.

SOARES, Magda. A reinvenção da alfabetização. **Presença Pedagógica**, Belo Horizonte, v. 9, n. 52, p. 17, jul./ago. 2003. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/slideshow/reinveno-da-alfabetizacao/24922643>. Acesso em: 28 ago. 2025.

\_\_\_\_\_. **Alfabetização: a questão dos métodos**. 1. ed. São Paulo: 2016. Editora Contexto, 8ª Reimpressão, São Paulo, 2024.

